

# Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## Não à bionização da Constituinte

EDUARDO M. SUPLICY

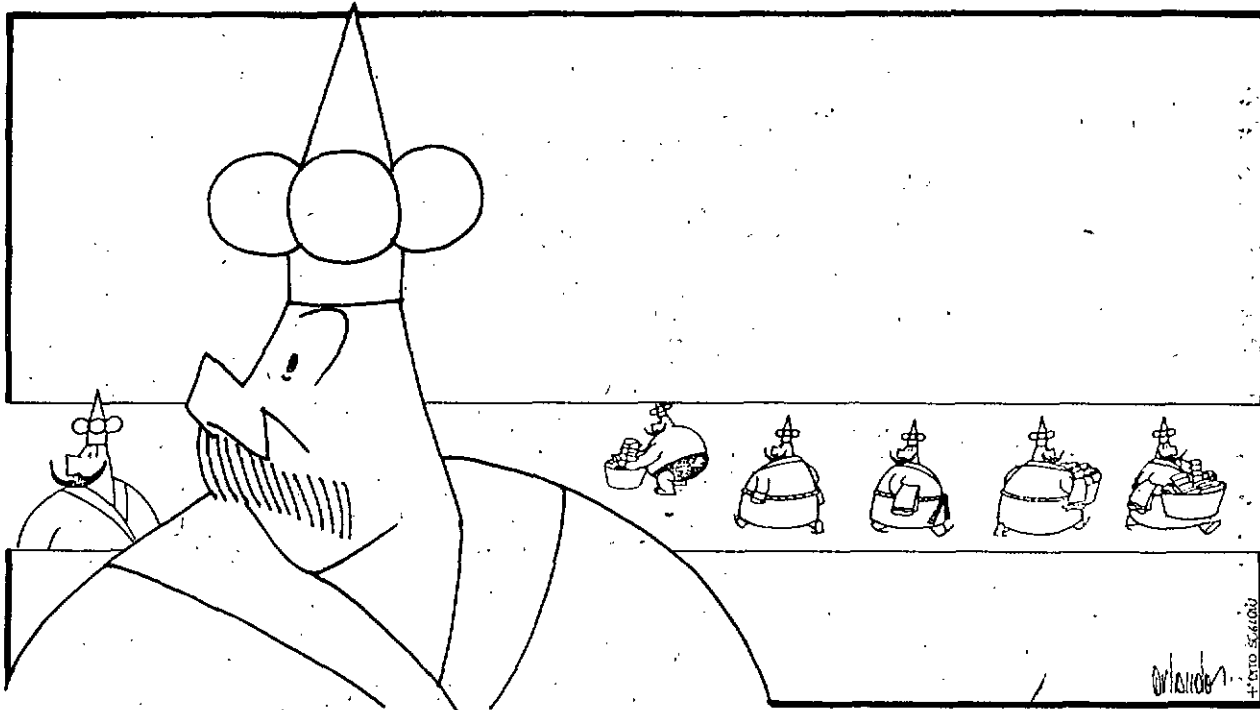
O último, segundo a nação espera, dos não-eleitos diretamente pelo povo está tentando abertamente bionizar os constituintes e os próprios governadores de Estado. É o toma-lá-dá-cá mais desavergonhado possível. A prática de tudo aquilo que os oradores dos grandes comícios da memorável campanha das diretas mais condenavam, começa a se repetir da forma mais intensa.

Cai por terra a argumentação dos que pregavam a ida ao Colégio Eleitoral. Diziam que era para evitar a vitória daquele candidato que não poderia ser eleito por causa da sua maneira de dispor da coisa pública como se fosse de sua propriedade, visando sempre assegurar sua posição de poder, sem maior atenção para com o interesse público.

O presidente José Sarney, ao dizer que abrirá mão de um ano de seu mandato, na verdade, quer é tentar conquistar um ano a mais em relação ao que já detectou ser o grande anseio dos brasileiros: o de termos eleições diretas para presidente da República o quanto antes, o que significa, em termos práticos, com regras efetivamente democráticas, em 1988, tendo a Constituinte definido qual a natureza do regime político e, em especial, quais as atribuições do chefe de Estado.

Em seu pronunciamento em rede de rádio e televisão, segunda-feira passada, o presidente José Sarney atribuiu a explosão descontrolada dos preços e a própria ameaça de recessão à indefinição política referente à extensão de seu mandato. Estimou erroneamente que, ao se definir por um mandato de cinco anos, ganharia a força suficiente para enfrentar os problemas econômicos mais candentes. O que está claro para a população, que tanto aplaudiu afirmações nesse sentido nos comícios das diretas, é que dificilmente um governo, que não seja fruto das reais aspirações democráticas do povo brasileiro, eleito diretamente, terá as condições para conter de fato a inflação, tratar com efetiva soberania e dignidade a questão da dívida externa e garantir o desenvolvimento econômico realizado com justiça, atacando de rijo o problema das desigualdades e da eliminação da pobreza.

Nunca me senti mais convicto do acerto da decisão do PT e de nós cinco deputados que resolvemos não comparecer ao Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Afinal, tínhamos o compromisso assumido nas praças públicas durante a campanha de 1982 de somente aceitarmos um presidente eleito diretamente pelo povo. O próprio então candidato, Tancredo Neves, no dia em que nos



encontramos no edifício do Congresso Nacional, em setembro de 1984, tentou convencer-me de que comparecer naquele colégio seria a maneira de destruí-lo para sempre e, obviamente, tudo o que representava a bionização. Na ocasião eu disse a ele que tudo ainda tínhamos que fazer para conquistar as diretas naquele ano mesmo.

Lembro-me também, durante o primeiro semestre de 1984, quando o deputado Aírton Soares, ainda líder do PT, em várias reuniões de bancada afirmou e reafirmara: após a vitória de Tancredo Neves, ainda teríamos que lutar muito para conquistar as eleições diretas.

Ao invés de ganhar o apoio popular e o sentimento mais democrático que está nas raízes do que sobra de bom no PMDB, lembrando do compromisso de Tancredo Neves e de si próprio, de que ficariam apenas por quatro anos, o presidente José Sarney resolve enfraquecer-se num grau de profundidade que irá erodir completamente a sua possibilidade de governar. É agora o chefe de um governo fraco, que precisa recorrer à censura mais baixa para impedir que seus adversários tenham voz nos meios de comunicação em igualdade de condições com o poder oficial. É um governo que tenta domesticar e punir de forma absurda o senador mais votado da história do país, Mário Covas, submetendo simultaneamente o seu recém-empossado ministro da Fazenda à realização de um ato — o de desnomear o secretário da

Receita Federal — que tirou parcialmente a sua autoridade, ainda mais depois do episódio em que não se sentiu inteiramente livre para indicar o seu secretário-geral.

A maneira como o presidente José Sarney está querendo impor a construção da ferrovia Norte-Sul faz lembrar os métodos que o governador Paulo Salim Maluf utilizava, em 1979, para então convencer os deputados estaduais a votarem a favor de seu projeto de mudança da capital para o Interior. Tudo era ofertado para os deputados que eram a favor, principalmente para aqueles que já haviam se dobrado na votação do então prefeito nomeado de São Paulo. Nomeações, indicações para empréstimos oficiais subsidiados, obras nas respectivas regiões, exatamente como agora anuncia o Palácio do Planalto.

Só houve um ponto em que o presidente esteve mais próximo do sentimento popular, aliás o único ponto importante em que houve concordância entre ele e o ex-governador Leonel Brizola, no programa oficial do PDT em cadeia de rádio e TV, quarta-feira passada. Foi quando definiu-se pelo presidencialismo com um controle mais forte pelo Congresso Nacional. Pois o parlamentarismo agora viria frustrar os que esperam a eleição direta de um presidente. Bem salientou Brizola que os brasileiros não querem eleger um presidente que seja como a rainha da Inglaterra, que reina, mas não governa. Mas os

passos que o presidente José Sarney está dando não indicam sua firme intenção nessa direção. Isto porque não mostra grande empenho na questão presidencialismo versus parlamentarismo. Parece apenas estar atento aos que irão lhe assegurar cinco anos de poder.

Ao invés de a Presidência da República, ainda bionica, estar sob a influência democratizante dos constituintes e governadores eleitos diretamente, é aquela que está impregnando os eleitos de seu caráter antidemocrático. É o que se pode deduzir das ações dos que estão se sujeitando aos ditames políticos do presidente José Sarney, como forma de receberem recursos do governo federal ou realizarem indicações.

Diante desta evidência, não resta alternativa senão nos mobilizarmos novamente para as diretas já, sem nos intimidarmos com as ameaças dos que falam em golpe e que preferem aceitar os favores do Planalto. Os militares sabem que é muito forte o sentimento nacional contra qualquer possibilidade de volta a um regime autoritário. O bom senso indica que devamos eleger um presidente por meios os mais democráticos possíveis, diretamente, num prazo de até seis meses após a promulgação da nova Constituição.

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, 45, economista, doutor pela Universidade Estadual de Michigan (EUA) e professor da Fundação Getúlio Vargas (SP), é membro da Executiva Nacional do PT, e ex-deputado federal por São Paulo.

## Aborto internacional

CARMEN BARROSO

A violência do ataque das forças conservadoras na Constituinte, pretendendo punir todo e qualquer aborto como crime, causou alguma surpresa. Estamos acostumados a pensar nos opositores do aborto como pessoas apenas mal informadas ou moralistas. Preferimos acreditar que dados objetivos e argumentos racionais seriam suficientes para convencê-los a mudar de opinião.

É possível que uma parcela dos que atualmente se posicionam contrários à legalização do aborto venham a mudar de opinião se tiverem acesso a informações tais como as estatísticas mundiais que mostram que a proibição legal não acaba com a prática do aborto, apenas aumenta a mortalidade materna devido aos riscos do aborto clandestino. Ou as pesquisas médicas que mostram serem mínimos os riscos à saúde causados por abortos realizados em condições técnicas adequadas.

É provável que aqueles preocupados em desenvolver uma ética séria e responsável se sensibilizem com o drama do aborto clandestino, e concordem ser eticamente indefensável dar prioridade à vida do feto em detrimento da vida da mãe. Muito deles também concordarão ser legítimo impor através de uma lei que atinge a todos os cidadãos, uma crença particular a respeito do início da vida humana. O princípio da

separação entre Igreja e Estado já está amplamente aceito há muitas décadas.

Mas além destes setores que se opõem ao aborto por desinformação ou mera adesão a posições tradicionais de uma moral pouco elaborada, parece haver uma campanha internacional com implicações muito mais graves.

A Human Life International, com sede em Washington (EUA), empenha-se em levantar fundos, dedutíveis do Imposto de Renda norte-americano, para financiar "pro-lifers" (antiabortistas) do mundo todo. No seu relatório especial n.º 26, seu presidente, o padre Paul Marx, afirma que "assim como os soldados necessitam de armas, os 'pro-lifers' brasileiros precisam dos filmes e impressos que somente a Human Life International pode fornecer".

Em 1972, ele já visitava todos os países da América Latina tentando iniciar um movimento "pro-life", sem muito sucesso. Mas em setembro e outubro do ano passado ele voltou ao Brasil, conseguiu passar o filme "Grito Silencioso" na televisão, e "tentou explicar a bispos e líderes que toda vida humana deve ser protegida desde o momento da fertilização". Segundo as declarações de seu presidente, a Human Life International ajudou os constituintes das Filipinas a colocar este artigo em sua

Constituição, o que é (numa tradução literal de suas declarações) "arrancar a cabeça dos abortistas na curva".

Seu relato da visita ao Brasil é revelador. O país está emergindo de um regime militar "relativamente não violento". A economia, a taxa de crescimento anual, a dívida externa, a pobreza, a distribuição de renda, o analfabetismo, as crianças abandonadas, a pirâmide etária, os cortiços, as favelas etc. merecem rapidíssima menção. Nossa moral é objeto de dois parágrafos completos, e o que ele tem a dizer não é nada lisonjeiro. Nunca viu tantos motéis, bordéis, e pornografia campeia solta nas ruas, "o sexto mandamento nunca foi aqui ensinado".

Há um "abortista" escondido em cada canto. As feministas radicais se organizaram e conseguiram do presidente Sarney, um católico praticante, dinheiro para financiar seus objetivos. No Rio, há um jornal diário esquerdista pró-aborto. No "programa nacional de planejamento familiar do governo" há uma armadilha, a de colocar os métodos naturais a par com contracepção e abortivos, com risco adicional de "abastardamento" dos métodos naturais pelo uso do condom no período fértil. Os abortistas são os ricos que têm "mais empregadas do que filhos" e suas "tramas diabólicas" visam remediar

as gravidezes indesejadas de suas filhas "fornicadoras".

Um dos enormes problemas da hierarquia católica, segundo o padre Marx é a Teologia da Libertação. Muitos católicos estão preocupados porque a hierarquia brasileira negligenciou a moralidade básica, a doutrina sólida e a catequese efetiva. Acha estranho que Boff possa viver no meio de assassinatos de massa (via aborto) e imoralidade sexual explícita (rampant) e nunca comentar estes problemas. Acusa-o também de defender o feminismo radical. Lamenta o estado da Teologia brasileira e do sistema de escolas católicas. Condena as freiras que deixaram de usar o hábito e foram trabalhar em favelas e vê grandes perigos nas comunidades de base.

A conclusão do relatório é ainda mais assustadora para quem se preocupa com esta inacreditável demonstração de imperialismo cultural: O Brasil deve ser considerado alta prioridade para a Human Life International e o que se fez até agora é apenas o começo para despertar este "gigante adormecido". Vamos assistir impassíveis e esperar que a nova Constituição consagre o princípio de obscurantismo intolerante?

CARMEN BARROSO é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (SP) e professora do Departamento de Ciências Sociais da USP.